Processo TC-010.788/2018-2 (com 45 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se da tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor dos Srs. Gilberto Ramos de Andrade, prefeito de Aurelino Leal/BA de 1/1/2005 a 5/5/2007, Giovanni Lopes Gagliano, prefeito de Aurelino Leal/BA de 16/5/2007 a 9/3/2008, e Maciel Soares Brito, Secretário Municipal de Saúde de Aurelino Leal/BA de 3/4/2007 a 17/5/2007 e de 16/7/2007 a 10/4/2008, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) repassados àquele ente municipal.

Auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) na Secretaria Municipal de Saúde de Aurelino Leal – BA, cujo objetivo foi apurar possíveis irregularidades na utilização dos recursos públicos da saúde, constatou dano ao erário no valor de R\$ 114.116,87 (peça 2, p. 96), decorrente das seguintes irregularidades:

- “a) não apresentação da documentação comprobatória das despesas realizadas na aquisição de medicamentos (Constatação n. 19200, Ressarcimentos n. 7220, 7222, 7223, 7224, 7257, 7256, 7258, 7273, 7274, 7275, 7276, 7221; Constatação n. 19179, Ressarcimento n. 7219);
- b) cobrança de procedimentos do PAB-Piso da Atenção Básica sem documentação comprobatória (Constatação n. 18988, Ressarcimento n. 7180; Constatação n. 18979, Ressarcimento n. 7177; Constatação n. 18984, Ressarcimento n. 7179; Constatação n. 19012, Ressarcimento n. 7182; Constatação n. 19018, Ressarcimento n. 7184; Constatação n. 19015, Ressarcimento n. 7183);
- c) recursos do PAB – Piso da Atenção Básica – Programa de Saúde da Família PSF utilizados para aquisição de medicamentos sem licitação (Constatação n. 18966, Ressarcimento n. 7176);
- d) não apresentação da documentação comprobatória das despesas realizadas (Constatação n. 18983, Ressarcimento n. 18505; Constatação n. 19057, Ressarcimento n. 7201; Constatação n. 19061, Ressarcimento n. 7202; Constatação n. 19132, Ressarcimento n. 7216);
- e) aquisição de medicamentos sem o processo licitatório (Constatação n. 19070, Ressarcimento n. 7203).”

Finalizada a fase interna da tomada de contas especial, foram os autos submetidos ao Tribunal de Contas da União, ocasião na qual foi promovido, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE), o exame constante à peça 6, segundo a qual se concluiu “*pela existência de indícios de dano ao erário, em razão da não apresentação da documentação comprobatória das despesas realizadas na aquisição de medicamentos, no valor de R\$ 84.276,66 [...] e pela cobrança de procedimentos do PAB-Piso da Atenção Básica sem documentação comprobatória, no valor de R\$ 19.579,69.*”

Definiu-se, naquela assentada, a responsabilidade dos srs. Gilberto Ramos de Andrade, Giovanni Lopes Gagliano e Maciel Soares Brito.

Promovidas, com base em delegação de competência, as citações propostas, os responsáveis quedaram-se inertes, motivo porque a unidade instrutiva entendeu que estaria configurada a revelia de que trata o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

No mérito, o auditor instrutor examinou os autos, tendo concluído, com a anuência do corpo diretivo da unidade instrutiva, que:

“31. Diante da revelia dos Srs. Gilberto Sanches Andrade, inventariante de Gilberto Ramos de Andrade, Giovanni Lopes Gagliano e Maciel Soares Brito, e inexistindo nos autos elementos que permitam concluir pela ocorrência de boa-fé ou de outros excludentes de culpabilidade nas condutas dos responsáveis, propõe-se que suas contas sejam julgadas irregulares e que sejam condenados em débito.”

Foi proposto, então, o seguinte:

“35. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:
a) considerar revéis, para todos os efeitos, os Srs. Gilberto Sanches Andrade – inventariante de Gilberto Ramos de Andrade –, Giovanni Lopes Gagliano e Maciel Soares Brito, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea ‘b’, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas dos Srs. Gilberto Ramos de Andrade, Giovanni Lopes Gagliano e Maciel Soares Brito e condenar o espólio do Sr. Gilberto Ramos de Andrade, ou, caso tenha havido partilha, os seus herdeiros, até o limite do valor do patrimônio transferido, e os Srs. Giovanni Lopes Gagliano e Maciel Soares Brito, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

b.1) espólio de Gilberto Ramos de Andrade e Maciel Soares Brito, solidariamente:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R\$)
13/04/2007	4.125,00
03/05/2007	509,50
03/05/2007	369,00

Valor atualizado até 17/4/2019: R\$ 9.781,45.

b.2) espólio de Gilberto Ramos de Andrade, individualmente:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R\$)
10/01/2007	2.791,80
07/02/2007	800,00
08/02/2007	3.500,00

Valor atualizado até 17/4/2019: R\$ 14.007,12.

b.3) Giovanni Lopes Gagliano, individualmente:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R\$)
10/07/2007	12.037,98
10/07/2007	623,17

Valor atualizado até 17/4/2019: R\$ 24.561,36.

b.4) Giovanni Lopes Gagliano e Maciel Soares Brito, solidariamente:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R\$)
05/09/2007	20.351,87
11/09/2007	2.780,00
21/09/2007	1.350,00
02/10/2007	18.342,87
15/10/2007	2.790,00
23/10/2007	3.422,58
26/10/2007	2.000,00
31/10/2007	1.350,00
01/11/2007	5.409,21
11/12/2007	1.797,05
24/12/2007	2.139,03
19/02/2008	2.850,00
29/02/2008	3.050,77

Valor atualizado até 17/4/2019: R\$ 129.831,78.

c) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

d) autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas do inventariante e dos responsáveis em trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

e) alertar o inventariante e os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

f) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 209, § 7º, **in fine**, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.”

II

O Ministério Público de Contas da União, pelos motivos a seguir expostos, anui à proposta de encaminhamento da unidade técnica.

Nesse sentido, convém ressaltar que o Tribunal, por intermédio do Acórdão nº14.197/2018-1ª Câmara, determinou o apensamento do processo TC 020.211/2017-1 aos presentes autos, para que nestes fosse avaliada a oportunidade de ser promovida a citação, por consolidação de débitos, do sr. Giovanni Lopes Gagliano pelo dano identificado naquele processo, quantificado em R\$ 1.200,40.

Tal deliberação, acontecida em 13/11/2018, ainda não foi materializada e aqueles autos ainda não estão apensados ao presente.

Em virtude do não-apensamento dos processos e considerando, ainda, (a) a baixa materialidade do débito versado no processo TC 020.211/2017-1 e (b) o estágio avançado dos

presentes autos, a SecexTCE adequadamente ponderou que não deveria ser promovida a complementação da citação do sr. Giovanni Lopes, Gabliano.

Com efeito, o MP de Contas entende que as citações exaradas nestes autos não devem ser complementadas, pois nova comunicação processual, versando sobre valores de baixa materialidade, pode embaraçar o deslinde do presente processo, segundo o qual se busca o ressarcimento ao erário de quantias repassadas no período compreendido entre 2007 e 2008.

É razoável, portanto, que o Tribunal, desde já, expeça decisão definitiva, julgando as presentes contas irregulares, com condenação em débito e aplicação de sanção de natureza pecuniária aos responsáveis.

III

Em face do exposto, o Ministério Público de Contas anui à proposta de encaminhamento da SecexTCE, no sentido de as presentes contas serem julgadas irregulares, com condenação em débito e aplicação de multa aos responsáveis.

Brasília, 25 de Junho de 2019.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador